



Habitar incertezas: modos de problematizar as ciências behavioristas

Camila Montagner Fama¹

Resumo

O presente trabalho propõe uma torção de abordagens da filosofia da ciência, Isabelle Stengers, Vinciane Despret e Donna Haraway, fazem das ciências behavioristas do período pós-Segunda Guerra Mundial como um passo na direção de pensar possíveis relações dessas ciências com a cibernética. Formas de habitar as incertezas trazidas pela questão do que podem vir ser as relações entre os organismos e seus ambientes, de modo a não recorrer a sistemas de equivalência que achatem as diferenças unilateralmente, podem ser sugeridos com a recuperação dos modos pelos quais os entraves entre experimentadores, dispositivos experimentais e interrogados se configuraram nas práticas das ciências behavioristas e foram problematizados pelas autoras. São ressaltadas as formas como os animais trouxeram para a produção de conhecimento feita pelas ciências behavioristas questões que não estavam previstas. A problematização das ciências behavioristas, por sua vez, segue pistas sobre como considerar a multiplicidade de afetos, de agências, de mundos que estão em questão, ainda que a proposta não seja partir de um ponto de vista dos animais. A torção proposta pelo presente trabalho vai na direção de pensar como problema os termos de equivalência (como os que colocam, com seus pressupostos, a relação entre organismo e ambiente em termos de comunicação e deslocamentos) que subscrevem a legitimidade que autoriza certos modos de conhecimento se desvencilharem de formas de habitar incertezas em densos emaranhados de relações – congelando transformações, perdas e mudanças que não podem antecipar ou conduzir.

Palavras-chave: ciências behavioristas, multiespécie, comportamento, ciências experimentais

1. Introdução

Em 2019, Shoshana Zuboff, professora e pesquisadora de Harvard, publicou o livro *A Era do Capitalismo de Vigilância* no qual ela trata das empresas que constroem, operam e são configuradas pelo que conta como tecnologia da informação – principalmente as GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft) mas também o modo pelo qual essas empresas viraram modelos para outras que são menores e estão em localidades não tão óbvias como os

¹ doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas

grandes centros que concentram a produção chamada de tecnocientífica. No livro, os experimentos de laboratório dos behavioristas e também sobre o experimento com telemetria e animais em confinamentos menos ostensivos, ao ar livre, são práticas que se inscrevem na linhagem das operações dessas empresas que foram citadas configurando isso que Zuboff (2019) chamou de capitalismo de vigilância.

O presente trabalho é ele mesmo uma tentativa de torcer algumas das questões que sugerem os desencontros, as zonas implodidas e as emendas acidentadas que podem vir a compor as construções para as quais Zuboff (2019: 196) ofereceu pistas quando afirmou “agora, nós somos os animais”. Pensar *com* (Haraway 2016) o interesse que os pesquisadores dos estudos de vigilância poderiam ter nisso foi importante para ativar a disposição que moveu a escrita das páginas a seguir. Isso porque Zuboff (2019) articulou com as contrariedades e incômodos dos atravessamentos e deslocamentos de referências entre o behaviorismo e aquelas que contam com tecnologias da comunicação e informação, algo foi trabalhado diferencialmente também por autoras como Ana Teixeira Pinto (2015) e Orit Halpern (2014) que trouxeram nos seus trabalhos articulações e desencontros entre os behavioristas e a cibernética.

Em março de 2021, a Nature Communications publicou o artigo chamado *A computational reward learning account of social media engagement*² que em tradução livre seria um levantamento de aprendizado por recompensa sobre engajamento em mídias sociais, reproduzindo de volta para os leitores aquelas que teriam sido as promessas do behaviorismo. Na divulgação desse artigo que foi noticiado em portais de notícias, eminentemente de língua inglesa (não que tenha deixado de sair em português brasileiro, mas isso aconteceu em medida bem menor), o destaque era a questão do modo pelo qual as mídias sociais se permitiam tratar os outros como ratos de laboratório. Mais especificamente, o modo pelo qual permitiam tratar os outros como animais na caixa de testes behaviorista Burrhus Skinner, conhecida como Skinner Box.

Donna Haraway (2008: 222) destacou como os behavioristas se permitiam ter um desinteresse arrogante do que poderia ser importante para os animais em termos de comportamento. Os únicos comportamentos pelos quais os behavioristas se interessavam eram aqueles que podiam demonstrar que tinham sido bem-sucedidos em alterar a probabilidade de

² LINDSTRÖM, B., BELLANDER, M., SCHULTNER, D.T. *et al.* 2021. A computational reward learning account of social media engagement. *Nat Commun* **12**, 1311.

o animal exibi-los. Isso não quer dizer, entretanto, que Haraway se isentou de tratar das promessas daquelas que ela chamou de tecnociências como relevantes para se repensar as relações que podem vir a ser construídas com as suas criaturas, aquelas que foram trabalhadas e prestaram serviço na corrida para sequestrar a imaginação sobre o que pode ser prometido pelo modo de conhecimento que constitui “o corpo do mundo” como “recurso” para seus projetos (Haraway 1991: 128) e quem teria o poder de prometer. Pelo contrário, Haraway (2018: 41), destacou que o “peso social” das chamadas tecnociências se deve principalmente as suas promessas e tratou de criar figurações ou refigurações dessas criaturas que permitiam repensar essas promessas em vez de se contentar em reproduzi-las.

Voltando para o trabalho de Zuboff (2019: 196), a citação inteira da qual até agora trouxemos só metade, diz que “a única coisa que mudou [nos últimos 60 anos] é que agora nós somos os animais”. As questões que interessam levantar aqui a partir dessa citação seriam: 1) Se a mudança se restringe a isso, como diz Zuboff, como o behaviorismo e o modo como ele permite afirmar que a vigilância seria o preço do conhecimento manejou permanecer o mesmo durante todo esse tempo? Quais são as implicações daquilo que foi feito para que essa permanência se desse?

No livro *O Coração e a Razão*, a filósofa Isabelle Stengers e o psiquiatra Léon Chertok (1990: 270) escreveram que a psicologia do comportamento está “confinada no gueto de seus métodos”. Mais tarde, Stengers (1997) escreveria um capítulo sobre as caixas pretas e a psicanálise, na qual afirma que a psicologia comportamental tentou ganhar o status das ciências *hard*, algo que seria invejado na medida em que o sucesso dessas últimas é tomado como modelo dos saberes científicos (Stengers e Chertok 1990: 283). A título de pleitear esse status, a psicologia comportamental se permitiu mutilar aqueles aos quais deveria fazer perguntas, seus objetos.

Apesar de podermos forçar uma conexão, Stengers e Zuboff afirmaram coisas muito diferentes sobre o behaviorismo, que pode ser traduzido como psicologia comportamental. Para Stengers, importa a diferença de status entre as ciências *hard* e *soft*, o que torna relevante que a proposição de Freud tenha almejado o status das ciências *hard*. Ao mesmo tempo, é destacado por ela que foi Freud quem escreveu sobre a “ferida narcísica” como aquela que afeta isso que ela chamou de “homem ocidental” e não os místicos, os xamãs ou os taumaturgos.

Ao contrário de Darwin e Copérnico, deu ao homem branco cujo narcisismo ferira (pois a ferida freudiana evidentemente não atingiu nem os xamãs, nem

taumaturgos) um saber que aprofundasse sua diferença, que lhe permitisse compreender as práticas que constituem o campo designado pela psicanálise. Depois de Freud, devemos não somente aprender a reconhecer a eficácia das práticas terapêuticas que supuséramos poder desprezar como irracionais, mas também a reconhecer que, da mesma forma que as outras práticas, a relativa eficácia da prática psicanalítica designa, sem dúvida, antes de mais nada, a singularidade da sociedade em que ela foi inventada. (Stengers e Chertok 1990: 280)

A ferida narcísica, escreveria Stengers (1997: 105) mais tarde, trouxe desafios para as ilusões daqueles que pensam que estão no controle. Ela considerou que a psicanálise ter sido configurada por Freud como uma prática que poderia almejar e se configurar de modo a conseguir o status das ciências *hard* foi uma abertura ou uma sugestão do que poderia vir a ser uma abertura das ciências *hard* para “escapar da paixão moderna de desqualificar qualquer prática que falhe em aceitar a existência de um mundo único” (Stengers 2011: 375). Em outras palavras, chamamos a atenção aqui ao modo pelo qual, para Stengers, Freud apresentou uma possibilidade de desestabilizar em direções interessantes a hierarquização entre ciências *hard* e *soft*, e entre essas com outros modos de conhecimento que as ciências tendem a apaixonadamente desqualificar.

Dito isso, nas *Cosmopolitics* Stengers (2010; 2011) tratou da psicanálise como uma ciência do “terceiro tipo”, que não é de campo nem teórica-experimental. As ciências do terceiro tipo seriam aquelas cujas praticantes se dirigem aos que poderiam estar interessados, ou são capazes de estar interessados no que é deles requerido, no modo como eles são abordados (Stengers, 2011, p. 277). Ao mesmo tempo, ela vai levantar a questão de que pode ser que analogia que Freud autorizou entre a terapia, que depois dele passou a ser analítica, e o laboratório não tenha se encerrado com a instituição da psicanálise (Stengers 1997: 96).

Nesse meio tempo, a Stengers escreveu que ela se compromete ao afirmar que o status das ciências *hard* não foi algo que as ciências que gozam desse privilégio mereceram ou decretaram, mas algo da ordem do evento. Consequentemente, esse comprometimento tem a ver com o modo como ela vai propositalmente questionar práticas que tentaram merecer esse status mutilando seu objeto, e aí ela cita especificamente a psicologia behaviorista ou comportamental. Para ela, o interesse da psicologia behaviorista nunca foi por aqueles que ela interrogou ou dizia estudar, mas se encerrava em interesses acadêmicos, econômicos e políticos.

A torção dessa questão, então, poderia ser que, dados os seus interesses acadêmicos, econômicos e políticos, a psicologia comportamental traga uma pista para explicar a relação entre as empresas que operam o que a Zuboff vai chamar de capitalismo de vigilância e a

construção dos saberes chamados científicos. Entretanto, escreveu Stengers (1997: 105), a psicologia experimental não pode nos ensinar nada sobre questões como aquelas pelas quais Freud se interessou, como a da hipnose e a da sugestão – e, ainda assim, os herdeiros de Freud deixaram essas questões nas mãos da psicologia comportamental. Levando isso em conta, talvez possamos começar a pensar o custo desse desapego dos herdeiros de Freud com a questão da “ferida narcísica” como aquela que, escreve Stengers, foi cicatrizada com depressa demais. A consideração de Stengers de que questões como a da sugestão foram desperdiçadas nas mãos da psicologia comportamental, que falhou coloca-las de modo que o problema que elas trazem passasse a existir de um jeito ou de outro também para aqueles que foram interrogados, não quer dizer necessariamente que essas questões estão relegadas ao mundo da opinião no qual “tudo é permitido e nada conta” (Stengers 2011: 217). Para Stengers, a questão da emergência enquanto problema em torno do qual convergem as “confrontações que servem como ecologia nas ciências modernas” não pode deixar de levar em conta as reivindicações de redutibilidade ou irredutibilidade.

O que pode significar a afirmação da “sugestionabilidade” de um ser? O que a afirmação da eficácia de uma sugestão pode autorizar? Por um lado, Stengers e Chertok trouxeram a pista de que “a psicologia comportamental, na medida em que tem por princípio evitar qualquer recurso à introspecção, tinha que se oferecer como objeto um comportamento definido pela possibilidade de observação direta e metódica” (Stengers e Chertok 1990: 268). Essas pistas, por sua vez, podem servir de guias que direcionam a atenção numa das leituras possíveis do modo pelo qual Despret (2004: 119) destacou o experimento de Robert Rosenthal, que entregou aos seus alunos ratos que anunciou como divididos previamente entre “espertos” e “estúpidos” dizendo de qual grupo provinha o rato entregue a cada estudante para a condução de experimentos que reiterariam a esperteza ou estupidez como pré-definida e não contornável. Rosenthal, sublinha Despret (2004), partiu a realidade em dois e considerou que as “expectativas, ilusões, subjetividade, construção” faziam parte de uma “pseudo-realidade” que, não obstante, poderia ser produzida por cientistas que não se prontificassem a se abster delas e assim “observar criaturas mudas, estranhas” (Idem).

Os ratos não tinham sido pré-registrados nem nos termos de esperteza, nem nos de estupidez que Rosenthal, a princípio, atestou aos alunos que eles teriam, e, ainda assim, os estudantes voltaram de seus experimentos com confirmações das afirmações propositalmente falsas fornecidas pelo professor. As confirmações foram entregues à Rosenthal e ele expôs aos alunos o modo pelo qual fez afirmações propositalmente falsas sobre os ratos serem

previamente divididos entre “espertos” e “estúpidos”, algo que tinha sido em vez disso improvisado no momento da distribuição dos animais entre os estudantes. Com isso, Rosenthal concluiu que tudo aquilo que ratos, alunos e professor fizeram juntos se rarefaz e sobra, como escreveu Stengers (1997: 101), “a eterna história da credulidade humana e das convenções estabelecidas que humanos inventam em defesa de seus interesses”. Esvazia-se de “realidade” os alunos, o que eles e os ratos podem fazer juntos, o tipo de experimentadores que Rosenthal poderia ter proposto que os estudantes se tornassem. Tudo precisa recomeçar do zero, com o experimentador na sua observação metódica se dirigindo a um mundo destituído em termos de expectativas, ilusões, subjetividade e construção (Despret 2004: 219).

Despret, por sua vez, se valeu daquilo que Gregory Bateson chamou de “autoridade” para fazer uma torção no modo como o experimento de Rosenthal poderia ser entendido se este último não fosse avesso a considerar que estava diante de uma transformação, e não da revelação de uma realidade pré-existente: “É dito que uma pessoa tem autoridade na medida em que qualquer um que está sob influência dessa autoridade faz todo o possível para tornar verdade o que essa pessoa diz que é verdade” (Despret 2004: 118). Desse modo, Despret (2004: 120) faz uma torção na qual passa a importar aquilo que Rosenthal faz com a sua autoridade de professor. “Podemos considerar, desse modo, que aquilo que Rosenthal fez, aquilo que sua autoridade e expectativas fizeram, foi autorizar o estudante a se tornar um experimentador competente (...), a se tornar um experimentador capaz de fazer um rato inteligente existir” (Idem).

2. Os filósofos, os behavioristas e a não cooperação animal

Como nos lembra Despret, não se pode esperar leveza quando a questão é o tratamento que psicólogos modernos conferiram à influência. “Foi uma ameaça que eles lutaram para erradicar” (Despret 2004: 117). É nesse ponto que talvez seja importante retomar a diferença que Stengers (1997) ressaltou entre a psicanálise como uma ciência que poderia ter sido uma ciência *hard* e o comportamentalismo como aquele que se encerra numa imitação ou mímica daquilo que qualifica uma ciência *hard*. Para Stengers, a consideração de que a psicanálise poderia ter sido uma ciência *hard* se dá na medida em que as ciências modernas poderiam ter tomado interesse e se beneficiado caso fossem produzidos os meios de fazer com que o status que Freud almejou para a psicanálise fosse alcançado, mesmo que esse “tomar interesse” se desse por vias desviantes dos interesses que o próprio Freud investiu no seu trabalho. Isso porque a psicanálise poderia ter vindo a abrir precedente entre as ciências *hard* para que

expressões da singularidade da sociedade na qual ela foi inventada, como a questão da “ferida narcísica”, não fossem tomadas de antemão como desqualificações, dando talvez um passo para o descongelamento de uma imagem congelada das ciências que só faz inflar a arrogância daquelas que insistem se firmar como modo de conhecimento que se apoia na deterioração de outros modos de conhecimento. O que faz uma ciência *hard*, para Stengers (2004), tem menos a ver com as promessas autorrealizantes que o comportamentalismo parece pressupor estar no cerne das ciências *hard* e mais com:

os modelos de nossos saberes científicos incitaram-nos, preferencialmente, a achar que um objeto de ciência deve, sem afetar maneirismos, obedecer a leis ou responder às perguntas cujo sentido nossas categorias definem. “Sem afetar maneirismos”; as conotações subjetivas dessa expressão não são, a priori, mais chocantes que a de expressões correntes como “obedecer”, “submeter-se a”, ou do que as de uma expressão “douta”, de origem judiciária, como “categoria”. (Stengers E Chertok 1990: 283)

Quando o experimentador consegue fazer com que o interrogado obedeça (um termo deslocado, na medida que seu uso seria mais apropriado quando aquilo que responde não tem como saber o que está em jogo) ou, ainda, se interesse pelo experimento, o interrogado se mostra relativamente autônomo e isso não é visto como ameaça a ser erradicada. O problema que o experimentador investiga passa a existir, de certo modo, para o interrogado, e torna possível uma resposta que não precisa se contentar em ser “lateral” para nenhuma das partes – ainda que esse “certo modo” possa ser uma fonte de incertezas e anseios. No entanto, na psicologia comportamentalista o interrogado “obedece”, entre aspas, e não há problema que se faça existir para o interrogado – porque como geradora de promessas autorrealizáveis, a psicologia comportamental não se dispõe a gerar problemas. Ela se encontra entre as “práticas que imitam nitidamente a experimentação, com a produção sistemática de seres obrigados a ‘obedecer’ ao dispositivo que os quantificará, como os mui famosos ratos e pombos dos laboratórios de psicologia” (Stengers 2002: 30). Mesmo nos laboratórios de psicologia comportamental, mesmo o seu dispositivo tendo falhado em obter respostas do ser interrogado que “não venham da complacência, submissão ou abuso de poder, sendo que ele possuía todos os meios de decepcionar” (Stengers 2011) aquele que interroga, ainda assim, foi produzida ali a existência de seres que se recusaram a cooperar.

Você se vê derrotado por um hábito comum a todos os papagaios falantes: sua recusa a deixar um outro escolher o tema da conversa (...) A mesma coisa, diga-se de passagem, pode ser dita dos behavioristas, embora não seja a conversa que esteja no centro do problema do controle, menos ainda no centro do que lhes interessa. Testemunha disso é o fato de os papagaios nunca terem falado com os behavioristas. A razão do mutismo dos papagaios nesse tipo de dispositivo é muito simples e dá parcialmente razão a Wittgenstein, desde que se leve em conta não mais o ponto de vista do humano, mas as hipóteses que parecem formular os papagaios: eles, os papagaios, então, deduzem, tendo em vista a situação que lhes é proposta, que, se eles falassem, ninguém, nessa condição, os compreenderia. Pois os papagaios, como mostraram os pesquisadores ulteriores que alcançaram o milagre de conversar com eles, têm uma concepção não referencial, mas pragmática da linguagem: eles não podem falar se não têm o sentimento de falar a alguém. Ora, esse alguém está cruelmente ausente no dispositivo behaviorista. Tudo é construído sob a bandeira da objetividade, de maneira a tornar o pesquisador o mais impessoal possível, de fazer dele um ser substituível por qualquer outro, aquilo que, exatamente, é o contrário do que define uma pessoa. (Despret 2011: 248)

Foi assim que Despret (2011) chegou ao lugar onde aparentemente se deu o encontro entre filósofos (por quererem ser quem dá as cartas na conversa) e behavioristas (por almejavem que seus métodos possam ser executados por qualquer behaviorista que supostamente controle a situação e submeta o interrogado, sendo esse último qualquer interrogado, resultando na produção do comportamento que o experimentador tem em vista obter). A atenção que ela dedica àqueles que se recusaram a cooperar pode ser mais promissora na proposição de problemas que não sejam “problemas” aos quais só resta requerer “obediência”, entre aspas, daqueles que são interrogados. Isso porque ela se configura como algo que pode vir, ainda, a gerar problemas para os que se preocupam com o que conta como ciência e aquilo que seus modos de conhecimento podem implicar. Em tempo, essa afirmação busca pistas no trabalho de Despret (2011, 2016) na medida em que ele não se apoia no pressuposto que será forjada uma harmonia impecável que passa pela questão da empatia e, talvez, na possibilidade de que o behaviorismo na sua mímica de ciência hard contenha em si a semente da sua própria ruína³;

³ Devereux (1967: 14), em *From anxiety to method in the behavioral sciences* escreveu “Uma teoria cuja estratégia experimental demanda a destruição (*Abtötung*) do que busca estudar – tal como esse processo é interpretado por Bohr (...) anula a si mesma. Finalmente, uma teoria do comportamento que não pode explicar também o comportamento do próprio observador nos termos da teoria (...) é segmentária, inconsistente e auto-anulante” (tradução livre). Entretanto, como Prigogine e Stengers (1984: 244) ressaltaram, na mesma física cujos sucessos servem de modelo aos saberes científicos, “os paradoxos (amigo de Wigner, gato de Schrödinger, universos múltiplos) fazem ressurgir, sob formas aparentemente revolucionárias, cada um à sua maneira, a eterna Fênix da teoria ‘objetiva e fechada’”. A cada volta, o ressurgimento da Fênix traz consigo a promessa de, finalmente, deixar o passado no passado. Por fim, mais tarde, Stengers (2011: 398-399, tradução livre) escreveria sobre como na tradição moderna o passado não pode ser medido por remorso ou lealdade: “Se outros povos sabem como fazer

nem cair, como Stengers aponta, na promessa mal guiada de que “um dia a inteligibilidade nascerá dos dados; um paradigma ou uma teoria virá recompensar o esforço empírico” (Stengers 2002: 30). Em vez disso, seguimos com a sugestão de que, considerando que modos de conhecimento podem produzir modos de existência (Stengers 2002; Despret 2011); importa aqui “a questão de que o animal se torna capaz mediante os dispositivos que o interrogam, pelas narrativas que guiam esses dispositivos, pelas horas de trabalho passadas a observá-los” (Despret 2011: 250). Destacamos, particularmente, duas torções do behaviorismo pensadas em articulações com aqueles que se recusaram a cooperar – torções para as quais Haraway e Despret se atentam – a antropomorfização e a sintonia (*attunement*).

3. Antropomorfização

Despret (2021) compõe com certas marcas que olhos betumados rapidamente descartariam como perfídias dos modos de conhecimento “não científicos”, com os quais as ciências não podem ter nenhuma relação que não aquela na qual se permite posicionar polemicamente, desqualificando tais conhecimentos. Uma dessas marcas é o antropomorfismo que, tão presente nas práticas e corriqueiros jogos de humor dos experimentadores, é feita invisível na escrita acadêmica e pode ser encontrada nas histórias que a filósofa e treinadora de cães e cavalos, Vicki Hearne, destacou sobre jovens cientistas serem avisados por experientes experimentadores sobre gatos “estragarem os dados” e papagaios “não fazerem nada do que pedem”. Hearne recupera essas questões que são de praxe deixadas de fora da escrita ou apresentação dos trabalhos para falar que um problema a ser levado em conta não é que os gatos se distraem ou deixam de se importar com aquilo que se demanda deles em algum momento antes do experimento acabar, mas que os gatos perseguem um tipo de atenção que não é aquele que eles mesmos conseguem quando apenas executam uma tarefa numa situação na qual foi excluída a possibilidade de sair de outro jeito. Despret vai destacar que o trabalho de fazer invisível esse antropomorfismo não só tem início na própria configuração do dispositivo experimental, mas também no modo como os trabalhos são apresentados de modos que

jus aos seus ancestrais e restaurar suas vozes através de palavras que eles criam, a história que nós inventamos para nós mesmos é assombrada pelos fantasmas daqueles que arrasou, derrotou ou envergonhou; e pela sombra de tudo que nossas razões, nossos critérios, reduziram, silenciaram ou ridicularizaram”. Ainda que a tradição moderna tenha feito com que fosse interdito, nesse sentido, um acerto de contas com o passado, o mesmo “pode forçar aqueles que desejam ser vetores de possíveis a designar o futuro para pensar *pele*, ou, em vez disso, *na presença do passado*” (Idem). Considero que essas são pistas que permitem pensar em como trazer o passado como algo que implica trabalho, práticas, invenções.

direcionam a atenção para aspectos nos quais ele é mais facilmente controlado – às interpretações e à escrita dos relatórios experimentais.

“Essa invisibilidade deve sua eficácia a uma série de operações e rotinas que acompanharam o nascimento do laboratório de psicologia animal”, escreve Despret (2021: 157). Pela maneira como o experimento foi em sua maior parte concebido, se tornou impossível fazer a pergunta “o que poderia possivelmente interessa-los?” (Idem), pois o “imperativo da submissão que guia esses dispositivos está no coração mesmo dessa impossibilidade”.

Se o animal responde segundo seus próprios hábitos, no registro do que lhes interessa, os pesquisadores consideram que ele está de alguma forma, “trapaceando” – com certeza conseguiu fazer o que lhe foi pedido, mas o fez pelas “razões erradas”. O trabalho da pesquisa consiste, portanto, em desmascarar essas trapaças e, é claro, impedi-las. O caso dos animais falantes é exemplar nesse aspecto: a utilização de gravações não é o simples efeito da mecanização do trabalho: essas gravações “purificam” a situação de aprendizagem. Se o animal aprende com esse tipo de dispositivo, poderá falar em todas as circunstâncias, o fato de falar não será dependente de uma relação particular, com todas as influências e expectativas do pesquisador “que faz falar”... Em suma, a competência será abstrata o bastante para permitir todas as generalizações. (...) Não que a resposta submetida seja ela mesma “indiferente” – isso não poderia ser em hipótese alguma –, mas os cientistas se sentem no direito de assumir que a resposta resultante da operação de submissão é indiferenciável de todas as respostas resultantes das mesmas operações de submissão. (Despret 2021: 161).

É puxando esses fios que ela compõe com dois sentidos da pergunta “o que poderia possivelmente interessa-los?” referindo-se aos animais: o primeiro sentido diz respeito ao animal não oferecer ao experimentador nenhuma resposta que o interesse quando submetido à estruturação do experimento; segundo se volta para a possibilidade do animal ter seus próprios modos de se interessar e oferecer uma resposta que num primeiro momento coincide grandemente com as expectativas do experimentador, enquanto o modo como o animal a desempenha é que se torna fonte de insatisfação por parte de quem configurou o experimento. Entretanto, levar em conta esses dois sentidos da pergunta exigiria uma atenção que não é aquela prestada pelo experimentador quando unilateralmente tenta ajustar o comportamento animal, as suas expectativas e as suas conclusões às categorias dadas de antemão já purificadas de qualquer rastro de “antropomorfização” que poderia permitir a consideração que animais possam ter modos diferentes de se interessar pelas coisas.

Em *Promises of Monsters*, Haraway (1992: 316) destacou que as “espaçonaves, as tecnologias de gravação e monitoramento, animais, e seres humanos foram reunidas como ciborgues no teatro da guerra, da ciência e da cultura popular”. A promessa trazida pelos ciborgues “inapropriados” de Haraway seria a de dificultar a almejada assimilação impecável dos ciborgues cibernéticos (Haraway 2021), autossuficientes e bem-comportados, na imagem de um modelo único de progresso científico, a permitir docilmente que as demonstrações de controle exercidas desde “fora e de cima” se tornassem emblemáticas no que diz respeito às realizações tecnocientíficas que almejavam a autoridade em termos de manutenção e cruzamento de fronteiras. Em vez de demonstrativos, os ciborgues de Haraway trazem consigo o ímpeto de tratar de questões “remonstrativas” (*remonstrative*), em suas “articulações contingentes, generativas de fricções” (Haraway 1992: 324). Aqueles que são articulados são animais remendados, juntados, que se pronunciam também pelas suas emendas mais acidentadas e distendidas, em linguagens e corpos que são efeitos dessas articulações.

Stengers e Chertok (1990: 283) atentaram para o modo como a desqualificação implicada em “afetar maneirismos”, no que diz respeito às práticas de conhecimento que contam como científicas, é tão perigosa quanto afirmar que “tudo é uma questão de estilo de maneiras”. Se a primeira permite dispensar aquilo que escapa às leis ou perguntas “cujo sentido nossas categorias definem” (Idem), a segunda simplesmente permite pressupor que já não há nada a aprender. Eles dão pistas sobre como a composição de causas, a pergunta “como as causas causam?”, pode vir a ser outra coisa que não um atestado de que o modo de conhecimento que a propõe se apresenta mal-ajambrado. Em outras palavras, isso ressalta como a física – na medida em que desautorizou em boa parte de seu passado tais composições de causas – “marca a necessidade de uma *radicalização* das singularidades da razão associada às ciências modernas” (Stengers e Chertok 1990: 284, grifos do original) que a tomam por modelo.

Ironicamente, ao evitar a composição de causas de modo a imitar as ciências *hard*, os behavioristas fizeram proliferar as emendas se valendo de dispositivos com o ímpeto de afirmar que o comportamento exibido tinha uma causa bem definida. “Para os behavioristas, se a probabilidade de uma ação podia ser mudada, não importa o quão insignificante fosse a ação para todos os outros, aquela ação poderia servir de estofa para as tecnologias de condicionamento operante” (Haraway 2008: 222). Fazer vista grossa para comportamentos que poderiam ser relacionados com a adaptação e a teoria da evolução, assim como para comportamentos ligados à questão da interioridade (Idem) eram passos espelhados na direção mal guiada de tentar “causar” tão unilateralmente e estreitamente quanto fosse possível com

dispositivos que supostamente deveriam tornar a resposta obtida independente de qualquer relação, autorizando toda generalização. Despret (2021: 159-160) recuperou as condições pelas quais o behaviorista Skinner se permitiu afirmar que a fala nos pássaros era instintiva: pela operação de submissão “purificada” que se vale de estratégias de purificação como a da reprodução de palavras ou frases gravadas para pássaros supostamente falantes aprenderem a falar dentro de caixas.

Despret destacou uma revisão desse experimento behaviorista feita por Orval Mowrer, que se permitiu levar em conta o que o aconteceu com os papagaios e mainás depois que os behavioristas deram por encerrados experimentos nos quais eles pressupunham que as aves deveriam ter aprendido a falar ao serem expostas a uma gravação que repetidamente reproduzia palavras e frases que, quando eram ouvidas, disparavam a entrega de porções de comida como recompensa pré-programada dentro da caixa de testes nas quais eram mantidos os animais. Cientistas que tentaram sem sucesso achar um jeito de fazer mainás e papagaios falarem acabaram apoiando Skinner na sua conclusão de que a fala era “instintiva” nesses animais e, assim como outros instintos e reflexos que não eram a salivação (que os experimentos de Pavlov conseguiram condicionar), não era condicionável, não poderia ser “ensinada”. Uma vez que os papagaios e mainás foram liberados do seu trabalho laboratorial, assistentes do laboratório adotaram dois deles como bichos de estimação e, esses, sim, falavam mais ou menos fluentemente. Mowrer sugeriu que poderiam haver então outras razões para as aves não terem “repetido o estímulo condicionado” durante o tempo de duração do experimento no laboratório que não cabiam na apresentação da conclusão de Skinner resumindo a questão da fala dos papagaios e mainás como classificável em termos de instinto ou reflexo⁴.

Em vez de colocar como condição que a operação de submissão que supostamente deveria fazer com que o animal falasse se torne indistinguível de outras operações de submissão e, conseqüentemente, invisível, Despret (2021: 159-160) compôs com trabalhos de pesquisadores que propuseram traduções arriscadas que articulam, compõem causas. Uma dessas pesquisadoras, Irene Pepperberg, conseguiu que Alex, um papagaio cinza do Gabão,

⁴ Pinto (2015) destaca que a transição entre o reflexo condicionado do fisiologista russo Pavlov e o condicionamento operacional de Skinner não é tão livre de atritos quanto se poderia suspeitar num primeiro momento. Convidado a participar de congressos organizados por psicólogos estadunidenses interessados em “aprendizado” Pavlov comparecia e, ao mesmo tempo, via com alguma ressalva a leitura que era feita do seu trabalho pelos behavioristas nos Estados Unidos. Por sua vez, Gregory Bateson (1972: 136), ciberneticista crítico do behaviorismo que chegou a se dedicar a experimentos com golfinhos, se limita a descrever como potencialmente irônica a preferência “fatalista” (que liga de modo impreterível um efeito a uma causa) de Pavlov pelo condicionamento ou alteração do curso dos eventos estritamente no que diz respeito àquilo que se pode “apenas parcialmente controlar”.

fosse o primeiro a colaborar com suas pesquisas ao se valer de uma estratégia na qual “os pesquisadores agiam como se (...) fosse intencional e respondiam ao novo ato de linguagem como se Alex tivesse querido perguntar ou comentar intencionalmente”, sendo que esses novos sons podiam ser produzidos pela ave inadvertidamente (Despret 2011: 248). Essa estratégia incluía colocar significações em movimento numa série de sintonizações (attunements), que discutiremos mais longamente nas páginas posteriores.

Por enquanto, interessa aqui destacar como essa estratégia traz consigo operações que costumeiramente adultos responsáveis usam para incitar crianças a aprenderem a falar. Despret (2011: 249) chama essa estratégia de “redistribuição do controle”, uma vez que ela vai sugerindo ao papagaio que as suas falas podem ter sentido e que ele pode lançar mão delas para “para controlar, ou pelo menos influenciar seu ambiente e as ações daqueles que cuidam dele” (Idem). As recompensas oferecidas à Alex não são um ponto de chegada, mas propostas que às quais ele pode dar preferência (rejeitar um passeio, aceitar uma guloseima) de modo que os pesquisadores cumprem de bom grado aquilo que ele se dispõe a aceitar. Nessas operações, o controle “não é mais uma solução de purificação, mas um problema a negociar” (Despret 2011).

Cayenne, que teve Haraway (2008) como sua humana, figurou no livro *When species meet* numa composição que faz uma torção multiespécie na brincadeira que o ciberneticista Gregory Bateson apresenta como possibilidade de linguagem presente nas relações quando diferentes mamíferos mantêm conversas entre exemplares de uma mesma espécie. A brincadeira é apresentada por Bateson (1972) em *Steps for an ecology of mind* como um “metalogue” (que em português pode ser algo como “metálogo”) entre o próprio Bateson e Mary Catherine, uma conversa entre pai e filha. Mas ela vê na brincadeira algo que remonta ao que ela e Cayenne passaram juntas para aprender a brincar entre si, uma prática que ela considera encontrar sua versão mais exímia nos modos pelos quais um burro chamado Wister e uma cachorra chamada Safi encontraram de brincar juntos (Safi era a cachorra da bioantropóloga Barbara Smuts, e sua história com Wister pode ser encontrada no livro *Encounters with Animal Minds*). A brincadeira em questão começava com aqueles que entravam em práticas multiespécies admitindo não saber ao certo o que está em jogo e se dispendo a compor as regras em práticas que deixam de lado a linguagem literal, arriscam mal-entendidos entre diferentes modos de expressão que podem ter mais de um sentido. “No *agility*, as pessoas sabem que precisam aprender a brincar com seus cachorros”, (Haraway 2008: 232) e assim foi com Haraway e Cayenne, parceiras também em treinos formais disso que é descrito “como um esporte e um tipo de jogo construído ao se atar trabalho e brincadeira entre espécies”.

A brincadeira como uma linguagem multiespécie é uma possibilidade que vem de uma das poucas certezas que Haraway aponta ter sobre o *agility*, que diz respeito a essa prática ter “um gosto de copresença e de construir outros mundos compartilhadamente”.

Por um lado, Haraway (2008) afirma que “não há um único eixo no qual possa se estabelecer as diferenças e nem um postulado único de continuidade que faça justiça à heterogeneidade de criaturas comunicantes, o que inclui pessoas e cachorros”. Disposta a lidar com a questão antropomorfização, ela também entende o antropomorfismo como um problema ao descrever os percalços passados enquanto brincava e treinava com Cayenne. “Sei perfeitamente que estou ‘antropomorfizando’ (bem como teriomorfizando) nesse modo de dizer as coisas, mas não as dizer dessa maneira parece pior, no sentido de ser tão impreciso quanto deseducado” (Idem: 242)

Ainda que o behaviorismo não seja especialmente equipado para arranhar a superfície da questão sobre quão intrigantes os animais podem ser, ele pode vir a ser de certo modo prestativo no que diz respeito a tornar aqueles com os quais humanos compartilham complexas histórias de convivência mais interessantes de modo que se possa reunir esforços para não presumir “um postulado único de continuidade” nem um único eixo para alinhar diferenças nessas relações. Isso porque, assim como a cibernética, o behaviorismo não separa de um lado a ciência, a racionalidade e a objetividade e, de outro, corporificações, a incitação dos sentidos e as emoções. Entretanto, seus praticantes podem ser pouco atentos às diferenças, priorizando definir as corporificações, a incitação dos sentidos e as emoções como simples interfaces dos seres vivos e trata-las como novos termos de equivalência de modo a inseri-los num sistema de trocas generalizante escalando de corpos individuados para vastas redes. Para complexificar essa trama, colocar em relação e trabalhar os contornos das ciências behavioristas com a etologia e seus derivados pode ser proveitoso.

4. Sintonizações

Stengers (Dias et al. 2016: 165) destacou que seu interesse em pensar com as ciências experimentais se deve ao modo como “a questão que realmente importa é ‘será que eu fiz a pergunta relevante?’”. Verificar se algo, algum ou alguém responde ao que foi proposto pelo experimentador, nesse sentido, não só é diferente de verificar se aquele que é interpelado se submete à proposta como também se trata dos modos pelos quais a proposta pode ser feita. Nas *Cosmopolitics*, a “arte do tato” aparece como o modo pelo qual um modelador deve determinar como o campo dele responde ao problema que o modelo apresenta, algo que Stengers (2011)

considera análogo ao modo pelo qual um antropólogo ou um praticante daquela que poderia ser uma “ciência do terceiro tipo” faz traduções daquilo que passou com seu campo para seus pares. Exceto se a incorporação das categorias da pergunta por aquele que é interrogado necessariamente é encarada por aquele a propõe como um esvaziamento da importância da pergunta. Se a possibilidade de incorporação das categorias por parte daquele que é interrogado é vista como um obstáculo a ser eliminado do caminho para que a pergunta continue relevante, aquilo que o antropólogo ou o praticante daquela que poderia contar como uma ciência do “terceiro tipo” terá para apresentar ao final do processo será “pura e simples exploração de uma posição de fraqueza” (Stengers 2011: 379).

A distinção, e não a oposição e a divisão, entre sujeito e o que pode se tornar um objeto é o que alimenta o interesse de Stengers nas ciências experimentais. Mas essa distinção, apesar de não poder ser apagada, não é fixa, ela se dá numa “dança” (DIAS et al. 2016) na qual sujeito e objeto se articulam performando coreografias que passam a compor o que eles podem vir a ser.

what do observations and measurements in Rosenthal's experiment reveal? I would go so far as to say that they explicitly force upon us the fact that they reveal that *all* the behaviors found in behavior laboratories are *created on behalf of science*. Before all else, they reveal the price that must be paid to create a stable distinction between the one who asks the question and the one who answers it. (Stengers 2011: 446)⁵.

Essa dança, no caso de os interrogados serem seres vivos, traz consigo a contemporaneidade dos mesmos, o que implica levar em conta o que aquele que interroga e aquele que responde fazem um com o outro em traduções que não façam vista grossa para as emendas mais acidentadas e nem pretendam cravar a palavra final sobre o que podem as articulações feitas a serviço da ciência. Stengers destaca que “assim que você tenta lidar, como cientista, não apenas com seres humanos, mas também com animais, a questão de a pergunta ser ou não boa se torna muito mais complicada, porque você não é o único interessado nela” (Dias et al 2016).

⁵ “O que revelam as observações e medidas no experimento de Rosenthal? Eu iria mais longe e afirmaria que eles explicitamente nos impõem a revelação de que todos os comportamentos encontrados nos laboratórios de comportamento são criados a serviço da ciência. Antes de tudo, eles revelam o custo exigido para criar uma distinção estável entre aquele que pergunta e aquele que responde” (tradução livre)

Devereux (1967) chamou a atenção para o modo como a acumulação de dados comportamentais que permitem isolar “respostas puras” presume que foi dado por encerrado o tempo no qual interrogado poderia ter tido a chance de fazer afirmações que podem colocar em risco aquilo que o interrogador afirma. Enquanto isso, ele destaca, certos experimentos behavioristas, como os de John Watson, submetiam ratos a severas privações tentando garantir de saída que as chances de os ratos afirmarem (ou objetarem) qualquer coisa fossem sabotadas ou objeto de desqualificação, uma estratégia que prevenia que o experimentador fosse levado a pensar no que ele estava fazendo os ratos fazerem, e de tratar de traduzir suas respostas compondo causas para as suas próprias afirmações e comportamentos que levassem em conta o dispositivo do qual lançava mão. Para Devereux (1967: 31), o behaviorismo “fiscalista” perseguiu o efeito de apagar a diferença entre as ciências da vida e aquelas que podem se ocupar do que acontece quando uma porção de ácido é aplicada sobre uma fatia de carne. A questão destacada na contemporaneidade de interrogado e interrogador, portanto, seria aquela que o leva a afirmar que “é preciso reintroduzir a vida nas ciências da vida”. A sua preocupação se direciona, de certo modo, em não fazer da inibição ou negação de comportamentos dos interrogados algo que é necessariamente bem-vindo ou até requerido de saída. Ao mesmo tempo, ele ressalta que o interrogador também tem permissão para fazer com que afirmações sobre afirmações, composições não unilaterais de causas para os comportamentos, sejam construídas nessas traduções de modo relevante.

A rotina proposta por John Watson no experimento citado não diz respeito com exclusividade ao laboratório: primatólogos como Sugiyama e Hans Kummer também procediam nas suas pesquisas a “retirar, separar, remover, mutilar, privar” os animais em suas pesquisas de campo (Despret 2021). Mesmo o cientista que se ocupa da aplicação de ácido numa fatia de carne, lembrou Despret (2021), não está impedido de se preocupar com a quantidade de carne necessária e o animal que foi preciso matar para obtê-la; ainda que Devereux sustente a sua afirmação no modo como o método aparece nesses experimentos na sua versão mais caricatural: “uma estereotipia que aplica o mesmo gesto em todos os níveis, uma rotina que inibe qualquer possibilidade de hesitação” (Despret 2021).

Os animais de companhia também participam de um domínio no qual a crueldade e a indiferença persistem assustadoramente (Haraway 2021: 64), e o alívio do sofrimento animal está muito aquém das obrigações que Vicki Hearne, para ficar com uma filósofa já citada, propõem exigir dos humanos em relação aos animais. A “partilha não-mimética” do sofrimento

animal, entretanto, propõe habitar esse terreno no qual ainda há muito a ser feito, sem supor que ele se encontra em total abandono.

Se tomarmos aqui o que Stengers (2011: 399) escreveu sobre o laboratório behaviorista ser um lugar no qual “todos os agentes são definidos nos termos dos seus serviços prestados à ciência” como uma afirmação que puxa a questão de Haraway (2011) em *A partilha do sofrimento* sobre os animais no “laboratório experimental” serem “sujeitos de trabalho e não apenas objetos trabalhados”, é possível aludir ao modo como elas compõem de certo modo e diferentemente, com a disposição do problema das ciências behavioristas em relação aos sistemas tecnológicos. O primeiro e talvez mais evidente desencontro entre as duas a ser destacado aqui seria que Stengers (2002) enfatiza que as questões científicas para com os seres vivos apresentam problema e são vetores de devir, envolvem responsabilidades, mesmo que nem sempre essas questões sejam do tipo que “ferem a dignidade ou lesam a saúde”. Enquanto isso, Haraway está mais preocupada, pelo menos desde a publicação do livro *Modest_witness...* (2018: 217) que precedeu *A partilha do sofrimento*, com a “fabricação e distribuição de vida e morte nos regimes modernos de biopoder”. A *Partilha do Sofrimento* destaca a formação de composições que habilitam pensar questões propensas a paralisar o pensamento – principalmente, mas não só, a maneira pela qual as ciências se inscrevem como modo de conhecimento, como prática, que permite matar.

“Trabalho” ou “serviço” aqui não constituem um apelo à universalidade, algo que evoca o poder de dizer respeito aos seres vivos de modo não localizado. Esse entremeado que constitui e é constituído às voltas com vida, morte, trabalho e ciência, emaranhado pelo livro *Modest_witness...* (Haraway 2018: 217), configura uma “rede complexa de práticas semióticas-materiais que emergiram ao longo dos últimos 200 anos mais ou menos, começando no ‘Ocidente’ e viajando globalmente”. Lidar com a responsabilidade que as ciências da vida têm, nessa composição, pelo modo como tornam e produzem seres matáveis, leva também à questão de que “atrocidades diferentes merecem suas próprias linguagens, mesmo que não haja palavras para o que fazemos” (Haraway 2011: 44). Na proposta de Haraway (Idem), não é buscado um distanciamento possível que garanta um único modo seguro de responder satisfatoriamente autorizando de uma vez por todas as ciências a produzirem certos seres como matáveis e outros não. A “partilha não mimética” constrói a questão do sofrimento animal como problema, se prevenindo de antever respostas que reiteram uma pretensão de importância do sofrimento humano a prevenir que o sofrimento animal tenha qualquer significado que exceda aquilo que pode ser feito dele em benefício de uma humanidade dita universal.

O behaviorismo do pós-guerra não tinha em vista uma atenuação do sofrimento humano, mas isso não pode ser suficiente para encerrar como um passado devidamente deixado para trás os modos pelos quais se permitiam “retirar, separar, remover, mutilar, privar” (Despret 2021). Em *Power and Invention*, Stengers (1997) também relembra que o behaviorismo pode ser deficitário em articulações, pouco implicado e pouco passível de gerar interesse nos terrenos aos quais supostamente poderia fazer vizinhança. Entretanto, como lembraram Prigogine e Stengers (1984), a mesma física que teve sucessos que serviram de modelo para o que conta como ciência se viu às voltas com “os paradoxos (amigo de Wigner, gato de Schrödinger, universos múltiplos) fazem ressurgir, sob formas aparentemente revolucionárias, cada um à sua maneira, a eterna Fênix da teoria ‘objetiva e fechada’”. O behaviorismo do pós-guerra, podendo ter sido mais um episódio desses ressurgimentos insistentes ou uma prática que poderia ter forjado articulações numa eventual retomada da proposição de Freud de fazer da psicanálise uma ciência hard (tendo a própria física dado um passo em outra direção que não a da teoria objetiva e fechada quando conferiu sentido físico à indeterminação e à irreversibilidade), pode vir a ser também descongelado em outras direções que não a da sua importância para o que conta hoje como tecnologias da informação e comunicação e sua operacionalização no capitalismo de vigilância. De um modo ou de outro, para Stengers, esses ressurgimentos se dão na tradição moderna diante da impossibilidade daqueles que nela se inscrevem fazerem jus aos que ela “arrasou, derrotou ou envervou” (Stengers 2011: 399, tradução livre), o que traz consigo a questão de que “temos, portanto, de sentir e pensar na presença daqueles que talvez sejam vítimas, embora não possamos nunca apontar nem racionalizar o que merecem” (Dias et al. 2016).

Levando em conta o que foi trazido até aqui, talvez seja pertinente retomar a afirmação de Zuboff (2019) de que “agora nós somos os animais” chamando a atenção para o modo pelo qual a importância das tecnologias da informação e comunicação na configuração do capitalismo de vigilância pode nos forçar a pensar sobre certas práticas de conhecimento andam às voltas com relações de saber nas quais os animais não humanos também estão a serviço da ciência. Quando essa questão entra em cena, a pergunta a ser feita deixa de ter como foco quem se adaptou ao quê ou que foi atribuído a quem, e passa a tratar também do modo pelo qual as traduções na dança de articulações que compõem sujeito e objeto podem trazer consigo modos de habitar responsabilmente a impossibilidade de se fazer afirmações assertivas sobre a extensão na qual aqueles que são interrogados podem arriscar aquilo que Despret (2021) chamou de seus “hábitos”, quando se encontram a serviço da ciência.

Watson, lembrou Despret (2015; 2021: 251), suspeitou que “os ratos que corriam nos labirintos não utilizavam as faculdades da aprendizagem – associação e memória – que eram objeto de pesquisa, eles se guiavam por seus próprios hábitos”. Diante disso, passou a recorrer a experimentos de privação até que se permitiu afirmar que “ele [o rato] começou a aprender o caminho do labirinto e, por fim, tornou-se o autômato habitual” (Idem). Se Devereux (1967) atentou para o modo pelo qual experimentos de privação buscavam engrossar a separação entre sujeito e objeto como se o que distingue um e outro estivesse em perigo (distinção que, destaca Stengers, é inapagável nas ciências experimentais), Despret (2021: 247) foi buscar em outras práticas de laboratório modos pelos quais os cientistas poderiam atentar para aquilo que é importante para os animais de modo que “nos deixamos atravessar, em nossos próprios apegos, pelo que é importante para eles”. Em vez de pressupor que, do laboratório para dentro, o animal não pode saber nada sobre o que se passa fora de sua caixa de testes e o experimentador precisa garantir essa distância, ela foi atrás de práticas que fizeram por onde propor aos animais que eles tomassem interesse pelo que interessava ao interrogador.

Tanto Despret (2021: 81) quanto Haraway (2021) chamam a atenção para o modo como Vicki Hearne se vale de “práticas linguísticas carregadas de intenções e que atribuem consciência ao ser que fala” (Haraway 2021: 60) que tendem a despertar a rejeição daqueles que se ocupam daquilo que conta como ciência. Especificamente quando se trata de animais que participam de uma longa linhagem de serviços prestados às ciências, sendo essas últimas parcialmente responsáveis por aquilo que eles puderam se tornar, a possibilidade dos animais aprenderem pode vir a ser aquilo que mantém o pessoal de laboratório atento “ao fato que existe alguém os escutando do lado animal da conversa” (Idem). Na partilha do sofrimento, Haraway (2011: 54) sugere mais diretamente “instituir mudanças nas rotinas dos laboratórios de maneira que até os ratos ou camundongos possam aprender como fazer coisas novas e tornar suas vidas mais interessantes”. Ao mesmo tempo, ela ressalta ser preciso atentar para o modo como Hearne é “contra escalas abstratas de comparação de funções mentais ou níveis de consciência que ranqueiam organismos” (Haraway 2021: 61), pois é também aí que a teoria dos adestradores behavioristas e Hearne “apresentam métodos consideravelmente diferentes”. O preço para evitar distribuir o pessoal de laboratório, os dispositivos e animais de volta em lugares convenientes que isentam os experimentadores de conviverem com o desconforto de não poder afirmar assertivamente a extensão na qual seu experimento coloca em risco algo importante para o animal, de os fazer hesitar a esse respeito, não pode ser o estabelecimento de um eixo único de avaliação para diferenças irreduzíveis.

Falar ou escrever sobre diferenças irreduzíveis também pode nos levar à consideração de que “agora nós somos os animais” (Zuboff 2019) pode ser lida como a afirmação de um revezamento na qual a passagem do bastão se daria de modo desimpedido e contíguo, e não numa zona muito mais implodida e cheia de fricções. Em Haraway (1992) destacou que ser “substituto” já é significativamente diferente de ser uma “imagem do mesmo”, ainda que o exagero das semelhanças possa servir de engodo para certas práticas reivindicarem para si e aceitarem de bom grado a sua identificação com uma desenvoltura com a qual seguiriam imperturbavelmente, deixando o passado cada vez mais para trás. Entretanto, “a menos que sejam retreinadas, as pessoas, como os outros animais, continuam vendo e fazendo aquilo que já viam e faziam e isso não é suficiente” (Haraway 2011: 55). A sua proposta de um “olhar multiespécies” exige não somente que não seja ignorado o modo pelo qual dispositivos, animais de laboratório e o seu pessoal chegaram até ali; mas também o retreinamento para “novas aberturas que aparecerão a partir da mudança das práticas, e o aberto diz respeito à resposta” (Idem). A permissão para antropomorfizar, o “antropomorfismo não literal” e a “sensibilidade não antropomórfica” (Haraway 2011; 2021) não possuem articulações óbvias e já resolvidas, e o “convite à especular” que Haraway propõe não esconde, mas vem junto com a afirmação de que há muito a ser feito em termos de “responsabilidade”.

Ainda que as demandas do laboratório dificultem a afirmação de que as perguntas as quais os seus animais respondem podem se tornar laterais para eles, a produção de dispositivos para fazer com que os animais se interessem pelo que lhe é perguntado (e assim tenham a chance de se tornar interessantes) não necessariamente precisa recorrer à indiferença por parte do experimentador. Despret (2014; 2011; 2021) chama a atenção para o modo pelo qual o laboratório de Pepperberg incorporou aquilo que achou que poderia ser importante para um papagaio a “serviço da ciência” no dispositivo que permitiu que Alex se interessasse em conversar com as pessoas do laboratório e se tornassem interessante para elas. Essa rotina, que ela chama de “sintonia”, é configurada de modo que aquilo que é dito pelas pessoas do laboratório sobre Alex pode ser autorizado por ele. “Isso não nos remete ao que é usualmente referido como empatia, mas sim a uma forma de conhecimento não imediata que permite construir a perspectiva daqueles que conhecemos” (Despret 2011: 255). Empatia, por sua vez, como algo que cabe no registro das emoções, facilita uma resposta caricata por parte daqueles que se ocupam daquilo que conta como ciência ou da tecnociência, com sua habitual profusão de afirmações que dispensam as emoções, tomando-as por desimportantes. A construção de modos de “receber e criar a possibilidade de se inscrever numa relação de troca e proximidade

que nada tem a ver com uma relação de identificação”, destaca Despret (2021), em vez da sobrecarga do termo “empatia”, a sintonia pode ser mais promissora para os compromissos e traduções que importam para humanos e outros animais a “serviço da ciência”.

5. Considerações Finais

Zuboff (2019) trabalhou longamente com as articulações do que chamou de “capitalismo de vigilância” e o modo pelo qual ele se configura atravessando e sendo atravessado por aquelas que contam como tecnologias da informação e comunicação, de modo que o presente artigo jamais conseguiria fazer jus ao que a sua pesquisa permite afirmar. No mais, também trabalhamos com os modos pelos quais a cibernética se articula com o que Haraway (1991; 2006; 2021a) vai chamar de tecnociências e, particularmente, com o behaviorismo (Pinto 2015) a partir do modo como ele toma como modelo as ciências *hard*, distorcendo-as nas suas pretensões de imitá-las (Stengers 1997).

A opção do trabalho por destacar os animais nos experimentos behavioristas vinha se delineando desde 2019 em decorrência da publicação do livro de Zuboff e ganhou outros contornos em 2021. Esse foi o mesmo ano no qual a revista *Nature Communications* publicou o artigo intitulado *A computational reward learning account of social media engagement*, o qual se ocupava de um experimento realizado no Mechanical Turk (da Amazon), de modo aparentemente insuspeito sobre a própria ironia. No artigo, a simulação de mídia social no Mechanical Turk como a “caixa de testes de Skinner para o humano moderno” se apoia principalmente na noção de “intervalo de latência” – o modo como o tempo entre as respostas deve ser afetado pela taxa média de recompensas, sendo que nesse caso as respostas almejadas eram postagens sucessivas e as recompensas eram *likes* em postagens numa simulação de mídia social –, mas estendendo consideravelmente a duração dos ciclos de teste se comparados com os experimentos de laboratório conduzidos pelos behavioristas. Nem o artigo, nem a amplitude de divulgações que ele recebeu citam Zuboff (2019) diretamente. Mesmo assim, longe de tomar os animais como um reflexo, aquilo que a divulgação, principalmente, enfatiza não deixa dúvidas de que os ratos teriam passado no teste como aqueles que são competentes em obter recompensas. A questão que estampa os títulos e suas imagens é se o comportamento perfeitamente adequado dos ratos pode ainda ser considerado de bom grado quando deslocado dessa forma.

A torção proposta aqui principalmente com a antropomorfização (Haraway 2008, 2021; Despret 2011; 2021) e a sintonização (Despret 2011; 2021) foi feita com o intuito de nutrir o

interesse, como escreveu Haraway (1992: 300), naquilo que remete à “corporalidade, à materialidade mundana e à literalidade da teoria”. O presente trabalho se dispôs a lidar principalmente com diferentes traduções da afirmação de Zuboff (2019) de que “agora, nós somos os animais”. Em tempo, cabe dizer, caminhos pertinentes vêm sendo tomados em outras direções no empenho de habitar as incertezas sobre os modos como aquelas que contam como tecnologias da comunicação e informação se articulam com as ciências e as tecnociências no que diz respeito a atuar nas zonas acidentadas e implodidas que compõem emendas distendidas e descontinuidades entre seus praticantes e aqueles pelos quais os mesmos podem se interessar. Uma delas, certamente, se configura na busca de enfatizar os deslocamentos de dispositivos e arranjos teóricos-experimentais como a caixa preta e o próprio laboratório. Consideramos, por fim, que a articulação entre esses trabalhos pode se dar em “propor modos de relação que quebrem a subordinação, a objetivação rígida dos sujeitos, daqueles que, até em um contexto tão reificador como o de laboratório, nunca deixaram de sê-lo: sujeitos dispostos, sujeitos em um dispositivo” (Fausto e Naveira 2021).

Referências

- BATESON, Gregory. 1972. *Steps to an Ecology of Mind*. São Francisco: Chandler publications for health sciences.
- CHERTOK, Léon; STENGERS, Isabelle. 1990. *O coração e a razão: a hipnose de Lavoisier a Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DESPRET, Vinciane. 2004. “The Body We Care For: Figures of Anthro-zoo-genesis.” *Body and Society*, 10(2-3): 111-134.
- DESPRET, Vinciane. 2011. “Ser animal, o mais polidamente possível”. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 6 (2): 246-256. http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/issue/view/v6n2.
- DESPRET, Vinciane. 2015. “Thinking like a rat”. *Angelaki: Journal of the Theoretical Humanities*, 20(2): 121-134.
- DESPRET, Vinciane. 2021. *O que diriam os animais?* São Paulo: Ubu Editora.
- DEVEREUX, Georges. 1967. *From anxiety to method in the behavioral sciences*. Paris: Mouton & Co and École Pratique des Hautes Études.
- DIAS, J.; BORBA, M.; VANZOLINI, M.; SZTUTMAN, R.; SCHAVELZON, S.; MARRAS, S. e AVERY, M. 2016 “Uma Ciência Triste é Aquela Em Que Não Se Dança: Conversações Com Isabelle Stengers.” *Revista de Antropologia*, 59(2): 155–86.

- FAUSTO, Juliana; CARID NAVEIRA, Miguel Alfredo. 2021. “Vinciane Despret – vozes de outros mundos”. *Campos - Revista de Antropologia*, [S.l.], 22(1): 283-288. ISSN 2317-6830. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/80500>>. Acesso em: 11 nov. 2021
- HALPERN, Orit. 2014. *Beautiful Data: a history of vision and reason since 1945*. Durham: Duke University Press.
- HARAWAY, Donna. 1991. *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature, Reinventing Nature as a Revolutionary Re-appropriation of Knowledge*. Nova York: Routledge.
- HARAWAY, Donna. 1992. The Promises of Monsters: A Regenerative Politics for Inappropriate/d Others. In GROSSBERG, L.; NELSON, C.; TREICHLER, P. (Eds.). *Cultural Studies*. Nova York: Routledge.
- HARAWAY, Donna. 1997. *Modest_Witness@Second_Millennium.FemaleMan_Meets_OncoMouse: Feminism and Technoscience*. Nova York: Routledge.
- HARAWAY, Donna. 2008. *When species meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- HARAWAY, Donna. 2011. “A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre os animais de laboratório e sua gente”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 17(35): 27-64. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000100002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 24 Fev. 2021
- HARAWAY, Donna. 2013. A game of cat's cradle: science studies, feminist theory, cultural studies. In: Arthur Kroker; Marilouise Kroker (eds.). *Critical digital studies: a reader*. Toronto: University of Toronto Press.
- HARAWAY, Donna. 2016. *Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press.
- HARAWAY, Donna. 2021a. *Ciborgues e simbiotes: viver junto na nova ordem mundial. Coexistências e Cocriações*, Revista ClimaCom, 8(20).
- HARAWAY, Donna. 2021b. *O manifesto das espécies companheiras – cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- PINTO, Ana Teixeira. 2015. The Pigeon in the Machine: The Concept of Control in Behaviorism and Cybernetics. Em: Pasquinelli, Matteo. *Alleys of your mind: augmented intelligence and its traumas*. Meson Press. Disponível em: https://meson.press/wp-content/uploads/2015/11/978-3-95796-066-5_Alleys_of_Your_Mind.pdf, acessado em 27 de abril de 2019.
- PRIGOGINE, Ilya e STENGERS, Isabelle. 1984. *A nova aliança: metamorfose da ciência*. Brasília: Editora UnB.
- STENGERS, Isabelle. 1997. *Power and Invention: Situating Science*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- STENGERS, Isabelle. 2002. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34.

STENGERS, Isabelle. 2010. *Cosmopolitics I*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

STENGERS, Isabelle. 2011. *Cosmopolitics II*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

ZUBOFF, Shoshana. 2019. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York: PublicAffairs.